

CNPJ: 08.883.217/0001-07

Rua Governador Ronaldo Cunha Lima, S/N – Centro CEP: 58610-000 – São José do Sabugi-PB

LEI Municipal Nº 691 de 10 de Julho de 2025

DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS, ESTABELECE PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA QUEM PRATICAR MAUS-TRATOS OU ABANDONAR ANIMAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SABUGI-PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OPREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SABUGI/PB, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por meio da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal, APROVOU e eu SANCIONO a presente Lei.

- **Art.** 1º Fica proibido, no território do Município de São José do Sabugi-PB, a prática de maus-tratos e o abandono de animais, domésticos ou domesticados, silvestres, nativos ou exóticos.
- **Art. 2º -** Considera-se maus-tratos contra animais toda ação ou omissão que cause sofrimento físico, psicológico ou morte ao animal, tais como, mas não se limitando a:
 - I. abandonar o animal em vias públicas ou propriedades alheias;
 - II. privar o animal de necessidades básicas como água, alimentação e abrigo;
 - III. manter o animal em ambiente insalubre, sem ventilação, luz ou espaço inadequado;
 - IV. submeter o animal a trabalhos excessivos ou que excedam sua força;
 - V. golpear, mutilar, envenenar ou ferir de qualquer forma;
 - VI. deixar de prestar socorro ao animal ferido ou doente sob sua guarda;
 - VII. promover rinhas ou lutas entre animais;
 - VIII. acorrentar ou manter o animal preso de forma contínua, sem nenhuma possibilidade de mobilidade.
 - § 1º. Não se enquadrarão como maus tratos, nos termos do caput, as condutas previstas nos incisos V e VI quando forem praticadas em legítima defesa ou estado de necessidade, própria ou de terceiros.
 - § 2°. Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.





CNPJ: 08.883.217/0001-07

Rua Governador Ronaldo Cunha Lima, S/N – Centro CEP: 58610-000 – São José do Sabugi-PB

- § 3°. Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrificio, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se."
- Art. 3º O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo de sanções penais previstas na legislação federal:
 - advertência escrita, na primeira autuação, se não houver reincidência ou dano permanente ao animal;
 - II. multa administrativa, conforme os seguintes parâmetros:
 - a) R\$ 300,00 (trezentos reais) por animal, em caso de maus-tratos leves;
 - b) R\$ 1.000,00 (mil reais) por animal, em caso de maus-tratos com lesão comprovada;
 - c) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por animal, em caso de morte ou crueldade extrema;
 - d) Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.
 - III. apreensão do animal, sempre que necessário para sua proteção e segurança.
 - IV. interdição do local e suspensão de atividades, no caso de instituições ou estabelecimentos comerciais.
- **Art.** 4º A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá aos órgãos municipais competentes, com apoio, quando necessário, da Polícia Militar, Guarda Civil Municipal, Vigilância Sanitária, Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Recursos Hídricos e outras entidades parceiras.
- **Art. 5º -** O valor arrecadado com as multas aplicadas será destinado ao Fundo Municipal de Proteção aos Animais FMPA, a ser utilizado para ações de:
 - resgate, tratamento e manutenção de animais vítimas de maus-tratos ou abandono;
 - campanhas de conscientização sobre guarda responsável;
 - III. apoio a projetos de castração, adoção e proteção animal.
- **Art.** 6° As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.
- Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, São José do Sabugi - PB, 10 de Julho de 2025.

EMANUEL DE ARAÚJO DOMICIANO DANTAS

Prefeito Constitucional